

A constituição identitária das mulheres negras na sociedade racializada brasileira

Érica Cilene dos Santos Cardoso

Universidade Federal do Pampa, ericadeus.aluno@unipampa.edu.br

Debora Rocha Silva

Universidade Federal do Pampa, deborards.aluno@unipampa.edu.br

Introdução

Estrelas humanas

*Criadas das estrelas, reluzimos sob a lua.
De Oxum somos a doçura e de Obá a bravura.
De tanto que tentaram nos apagar, hoje trançamos nossa cultura.
Construímos a história sendo a fundição e a estrutura.
Repintamos a beleza, fomos tinta e moldura.
Temos ritmo, poder e estatura.
Somos rainhas que vestem armadura e lutam suas próprias batalhas.
Somos a essência da natureza, o reluzir do aço e o corte da navalha.
Nós geramos o mundo, criamos o fogo e nos batizamos no leito do Nilo.
Tentaram nos profanar, mas nós sempre resistimos.
Resistimos ao pior dos males, estamos sempre buscando a nossa plena liberdade.
E não vamos parar, nós pretas nunca iremos parar.
Cuidamos dos nossos e rezamos pelos que tiveram o seu fim no mar.
Celebramos nossas conquistas, mas ainda temos muito o que reivindicar.
Queremos paz, reparação e acesso à educação.
Seremos professoras, doutoras, mestras e o quisermos ser.
Viemos e vamos fazer acontecer. Chega de nos negar, chega de nos curvar.
Somos feitas de ouro e bronze e merecemos brilhar.*

Sophia Bispo

Como pesquisadoras negras, escolhemos o poema da autora Sophia Bispo para iniciarmos um diálogo aberto e reflexivo sobre a construção identitária das mulheres negras diante das dificuldades e

dos desafios encontrados por todas nós nas relações sociais e dialógicas quando lutamos para conquistar o nosso espaço e lugar de fala. Apontamos, neste capítulo, ancoradas em fundamentações bibliográficas e aportes teóricos, a necessidade de descolonizar as perspectivas hegemônicas da teoria feminista, pois estas, não incluem nos estudos o conjunto de diferentes dimensões do feminismo, que, “apesar de uma aparente heterogeneidade, possuem como centralidade as mesmas relações de poder, desproporcionais, discriminadoras e injustas, das desigualdades de gênero”. (Moraes, 2021, p. 61)

Primeiramente, conduzimos nossas perspectivas sob a luz de Djamila Ribeiro no que tange teoria do ponto de vista feminista que é possível falar de lugar de fala além de aportes conceituais advindas de autoras, mulheres negras, que unidas a nós, reivindicam os diferentes pontos de análise e afirmações sobre o que é marcar o lugar de fala. “Assim entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (Ribeiro, 2021, p. 85).

Abordamos a interseccionalidade neste estudo visando dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais sob o enfoque da autora Eunice Moraes (2021). Segundo ela, “a interseccionalidade foi pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros na sensibilidade analítica”. (Moraes, 2021, p. 14)

O feminismo negro ou movimento de mulheres negras, dentro dos feminismos, foi responsável pelo resgate conceitual e ressignificação do empoderamento. De acordo com Joice Berth na obra “*Empoderamento*”, um resgate mostra-se fundamental para a nossa movimentação na luta pela quebra da formação hegemônica na base da pirâmide social. “Podemos chamar de resgate porque não é novidade para os movimentos de mulheres negras a necessidade de busca por processo de empoderamento como condição de sobrevivência” (Berth, 2021, p. 125).

Conforme Djamila Ribeiro (2018, p. 36) “essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços”. O que impossibilita a presença das mulheres negras como escritoras, obstruindo o conhecimento de produções desses grupos racializados, por não terem oportunidade nesses espaços. Por isso as ações afirmativas se fazem necessárias para a entrada nas universidades de forma justa e igualitária para que se possa ter voz e vez na sociedade onde vivemos.

Costuramos reflexões sobre a Escrivência de Conceição Evaristo e apoiadas pela escritora Isabella Rosado Nunes afirmamos expressamente que estudar a Escrivência é urgente pois compreende uma complexidade que se expressa nos espaços literário, político e histórico desvelando, dessa forma, o protagonismo das mulheres negras e combatendo as desigualdades e preconceitos raciais e de gênero. “É acreditar que toda pessoa tem algo para compartilhar; e que, ao registrar ou publicar, promove sentidos,

reconhecimentos e uma compreensão de vida livre e ampla, essencial para que se conheça e se respeite uma sociedade tão diversa” (Nunes, 2020, p. 15).

Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. “Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha” (Evaristo, 2021, p. 35). Portanto, para a autora a Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras desfazendo a imagem do passado onde o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas.

Interseccionalidade, identidade e feminismo negro

Balizadas por Guacira Lopes Louro na obra “*Corpo Educação*”, consolidamos percepções acerca da construção das identidades de gênero, diante do cenário que as mesmas são afetadas pelas transformações nas formas de viver e, sem dúvida, as novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto, permitem novas soluções para as indagações que, obviamente, provocam novas e desafiantes questionamento e possíveis direcionamentos comuns para sustentação das respostas. De acordo com Guacira, é, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais, não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe, etc. (Louro, 2000).

A estrutura interseccional de construção mútua de categorias de identidade permitiu que as afro-brasileiras desenvolvessem uma política identitária, segundo Patricia Hill Collins no livro “*Interseccionalidade*”. Nesse caso, elas cultivaram uma identidade feminista negra de feições políticas no cruzamento entre racismo, sexismo, exploração de classe, história nacional e sexualidade. No entanto, a constituição do movimento de mulheres, mesmo em torno de um tema tão inequívoco quanto a mulher, foi influenciada por outras categorias. Assim, “diferentemente das brasileiras brancas, a população brasileira negra de todos os sexos e gêneros teve de criar uma identidade política coletiva como “negra” para construir um movimento social antirracista que mostrasse os efeitos do racismo antinegro” (Collins, 2020, p. 42).

Sob esse prospecto, concordamos com Guacira ao apontarmos a multiplicidade de sujeitos e estes e identidades, porém, reconhecer-se numa identidade supõe responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais. A autora faz um alerta importante: “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades” (Louro, 2000, p. 9).

As relações de poder interseccionais devem ser analisadas por meio de interseções específicas

bem como entre domínios de poder, dessa forma, o movimento das mulheres afro-brasileiras revela como as pessoas comuns se organizam para se opor às relações de poder que as prejudicam. Ao examinar como as mulheres negras no Brasil se organizaram para resistir às múltiplas formas de desigualdade social, o ativismo delas mostra como o engajamento de movimentos sociais comunitários e movimentos sociais de base gerou análises e práticas interseccionais (Collins, 2020).

De fato, as questões específicas da vivência da mulher negra no Brasil, no cruzamento de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e heterossexismo, tinham pouco reconhecimento. Esses movimentos sociais isolados, contemplando feminismo, antirracismo e movimentos da classe trabalhadora, foram importantes, e muitas mulheres negras continuaram a participar deles. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio. Dar um passo atrás para ver as ideias e as ações das mulheres negras brasileiras mostra como uma política identitária coletiva emergiu de um entendimento politizado de uma identidade coletiva de mulheres negras com base em experiências comuns de dominação, exploração e marginalização. (Collins, 2020, p. 43).

Imbricado a estes prospectos, costuramos percepções com Ceila Sales de Almeida, autora do livro *“Feminismo: luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil”*. Na obra, a autora esclarece que o estudo de gênero foi e continua sendo de grande relevância para o feminismo e para a compreensão lato sensu das relações que envolvem o estudo do sexo, raça e classe. Diante disso, a autora relata que o feminismo negro surgiu como resposta às especificidades que afetam as mulheres negras, em razão do duplice processo de opressão perpetrado pelas práticas racistas e sexistas. “Conscientes da importância de seu papel na história das especificidades que marcaram a trajetória histórico e social, as mulheres negras buscaram demarcar situações específicas e reafirmar a sua luta por identidade e reconhecimento” (Almeida, 2020, p. 53).

Eunice de Moraes afirma que o pensamento feminista negro, ao gerar conhecimentos a partir das experiências das mulheres negras, contribuíram para o aprofundamento dos debates internos dos movimentos sociais de mulheres, acerca da importância de se pensar gênero e raça articulados, marcando a inter-relação entre o racismo e o sexismo no contexto da exploração de classe e das opressões nas relações sociais e de poder. Conforme a autora, “é necessária uma conscientização e um engajamento político, para a compreensão do impacto da opressão racista e sexista na vida das mulheres negras” (Moraes, 2021, p. 42).

Dessa forma, para Moraes (2021), a raça e o gênero, como formação social, fazem parte da estratégia da luta de classes e de transformação social entendida pelo feminismo negro. “Há uma relação opressora que exclui negras do acesso aos recursos econômicos, equipamentos sociais, bons empregos, cargos e qualificações em razão da raça/cor” (p. 89). Portanto, o pensamento feminino negro incorpora o ativismo das mulheres negras a interseccionalidade da opressão de raça, de gênero e de classe para contribuir com o enfrentamento à dominação política, econômica e ideológica.

Luta das mulheres negras por sua liberdade social

A população negra foi confinada, entre outras práticas, à desumanização de escravizados de ontem e de hoje, mesmo que hoje seja oculta e consequente de séculos de escravização de fato. Joice Berth (2020), esclarece que no caso das mulheres negras e seu peculiar posicionamento na encruzilhada das opressões que construíram nossa sociedade, há uma invisibilidade que é consequente da articulação dos grupos subalternos dentro da pirâmide social. Dessa forma, “o pensamento feministas negras abre dimensões importantes do trabalho de empoderamento, ao mesmo tempo que define a necessidade de interligação entre essas dimensões e que não se podem dissociar os processos individuais dos processos coletivos” (Berth, 2020, p. 61).

Nesse cenário, trazemos Djamila Ribeiro como suporte feminino na busca por reflexões sobre a restrição de oportunidades a partir do lugar social ocupado por certos grupos, como as mulheres negras. Para a autora, uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, sendo que essas experiências, em formatos hierarquizada e não humanizados, faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente (Ribeiro, 2021).

Para a autora, a questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções:

Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor ou leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país, ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse certos espaços. (Ribeiro, 2021, p. 63).

Ao retomarmos Conceição Evaristo, afirmamos que a Escrivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o apreender. A autora propõe um questionamento sobre um o ato audacioso de mulheres que rompem domínios impostos, notadamente as mulheres negras, e se enveredam pelo caminho da escrita (Evaristo, 2021):

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e, quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita”? Tento responder. Talvez essas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo (Evaristo, 2021, p. 35).

Dessa forma, transcrevemos a fala de duas mulheres negras que nos relataram suas trajetórias acadêmicas na graduação. Foi com o pensamento na abertura de novos caminhos que duas mulheres, professoras negras atuantes no ensino fundamental, com mais de quinze anos de magistério, atuando pelo município de Bagé, localizada na região da campanha no sul do Brasil, decidiram se aventurar novamente nos estudos.

Considero, a partir das percepções de Gomes (2002), que as relações estabelecidas sobre a identidade negra nos desafiam a pensar na construção de uma pedagogia da diversidade. Por isso, torna-se imprescindível afirmar que: “durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal distorção e de tal ocultamento” (p. 43).

Ingressaram em um curso superior na Universidade da Região da Campanha - URCAMP no programa que ofertava aulas nas férias de Julho e Dezembro para professores que ainda não tinham formação no nível de graduação. Esta flexibilização estava amparada pela Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelecia o prazo de dez anos para que todos os professores que atuassem no ensino fundamental tivessem diploma de cursos de Licenciatura.

Essas mulheres negras que, ambas com mais de cinquenta anos de idade, sem habilidades na área da informática ou na produção de textos, inclusive no período da elaboração do TCC, cursaram quatro anos neste modelo de organização do curso, para que pudessem ter a chance de aprender distintas informações e conhecimentos, cumprir a determinação legal, melhorar o salário e trilhar novos caminhos.

Conforme Kabengele Munanga (2019), é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história. Para o autor:

A memória que lhe inculcam não é de seu povo; a história que lhe ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho, da neve e do inverno que nunca viu, da história e da geografia das metrópoles; o mestre e a escola representam um universo muito diferente daquele que sempre a circundou. (Munanga, 2019, p. 43).

Por muitas vezes, elas diziam: “*quem diria, mulheres pobres que estudavam com o material escolar fornecido pela escola, suas roupas muitas vezes doadas, pois eram filhas de uma viúva que tinha ficado com seis filhos para criar, tendo a mais velha na época treze anos e que para se alimentarem precisavam ajudar em casa trabalhando como empregada doméstica em plena adolescência, hoje seriam professoras e com faculdade*”. Tanto foi seu entusiasmo em concluir a graduação que as professoras continuaram os estudos realizando em seguida a pós-graduação em nível de especialização em cursos da área da Educação. Hoje, ambas já estão aposentadas.

Nesse contexto, Nilma Lino Gomes afirma que o movimento negro provoca inquietações aos

que ainda rebatem a existência do racismo no campo educacional. Para a autora, que o movimento negro gera novos conhecimentos alimentados pelas lutas que contribuem para a sociedade em geral se fundamente de outros conjuntos de conhecimentos enriquecedores. “Uma coisa é certa, se não fosse à luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização com todas as tensões, os desafios e os limites muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria sido aprendido”. (Gomes, 2017, p. 14)

São histórias vivas como esta que descrevemos que incentivam outras mulheres negras a nunca desistirem de seus objetivos, pois podemos ser e estar onde quisermos, independente de nossa cor, raça ou gênero.

Considerações finais

Diante dos aspectos abordados neste capítulo, fomentamos a discussão e a reflexão sobre o direito das mulheres negras a se reconhecerem enquanto protagonistas de suas próprias identidades, pois somos capazes de expressar nossas visões de mundo e sobre o mundo que vivemos e experienciamos como sujeitos que detém o seu lugar de fala. Dessa forma, buscamos reconhecimento e valorização da nossa identidade enquanto mulheres negras afrodiaspóricas.

Com esse estudo, contudo, buscamos contribuir, enquanto mulheres negras, que ocupam o seu lugar de fala na pesquisa, na reflexão sobre a equidade de raça e de gênero e que se possa disseminar novas e profundas perspectivas sobre a temática. Projetamos, portanto, a incorporação dos debates sobre o combate à desigualdade de gênero e suas origens, os sentimentos de exclusão e desqualificação que ferem todas mulheres negras no Brasil, e, sobretudo, as formas de superá-los.

Referências

ALMEIDA, Ceila Sales. **Feminismo Negro**: luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaia, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtexto. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-54.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista De Estudos De Literatura**, v. 9, p. 38–47, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9.38-47>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes Louro. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes Louro (Org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 04-24.

MORAES, Eunice Léa. **Educação Libertadora e Feminismo Negro**: uma teia conceitual de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe. Curitiba: CRV, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2021.